

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início   Ações 1º Grau   Ações 2º Grau   Parecer   Citações   Intimações   Audiências   Sessões 2º Grau   Buscas   Estatísticas   Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2831836420200903154928

Processo 0815207-62.2020.8.23.0010 ☆ - (82 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário  
Assunto Principal: 9597 - Seguro  
Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):  ao  Data do Movimento(Período):  à

Descrição:

44 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 44

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
44	03/09/2020 15:49:28	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (26/08/2020)	
<div>44.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO2729317IMPUGNACAOAOLAUDOPERICIAL01.pdfPúblico</div>			
43	01/09/2020 11:24:10	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de CLEDSON LIMA CAVALCANTE) em 01/09/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (26/08/2020) e ao evento de expedição seq. 40.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
42	28/08/2020 09:23:44	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 28/08/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (26/08/2020) e ao evento de expedição seq. 41.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
41	26/08/2020 11:26:29	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (26/08/2020)	DANYELE BEATRIZ CAVALCANTE DE OLIVEIRA Estagiária
40	26/08/2020 11:26:29	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de CLEDSON LIMA CAVALCANTE com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 39) JUNTADA DE LAUDO (26/08/2020)	DANYELE BEATRIZ CAVALCANTE DE OLIVEIRA Estagiária
39	26/08/2020 10:29:46	JUNTADA DE LAUDO	DANYELE BEATRIZ CAVALCANTE DE OLIVEIRA Estagiária
38	25/08/2020 00:09:52	DECORRIDO PRAZO DE CLEDSON LIMA CAVALCANTE (P/ advgs. de CLEDSON LIMA CAVALCANTE *Referente ao evento (seq. 32) CONCEDIDO O PEDIDO (13/08 /2020) e ao evento de expedição seq. 33.	SISTEMA CNJ
37	22/08/2020 00:04:33	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 32) CONCEDIDO O PEDIDO (13/08/2020) e ao evento de expedição seq. 34.	SISTEMA CNJ
36	17/08/2020 15:07:48	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de CLEDSON LIMA CAVALCANTE) em 17/08/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 32) CONCEDIDO O PEDIDO (13/08/2020) e ao evento de expedição seq. 33.	Wallyson Barbosa Moura Advogado
35	14/08/2020 08:36:54	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 14/08/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 32) CONCEDIDO O PEDIDO (13/08/2020) e ao evento de expedição seq. 34.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
34	13/08/2020 17:54:24	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 32) CONCEDIDO O PEDIDO (13/08/2020)	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES Analista Judiciária
33	13/08/2020 17:54:23	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de CLEDSON LIMA CAVALCANTE com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 32) CONCEDIDO O PEDIDO (13/08/2020)	PRISCILLA RODRIGUES MARQUES Analista Judiciária
32	13/08/2020 11:50:38	CONCEDIDO O PEDIDO	Rodrigo Bezerra Delgado Magistrado
31	10/08/2020 00:09:46	DECORRIDO PRAZO DE CLEDSON LIMA CAVALCANTE (P/ advgs. de CLEDSON LIMA CAVALCANTE *Referente ao evento (seq. 11) JUNTADA DE PETIÇÃO DE CONTESTAÇÃO (26/06/2020) e ao evento de expedição seq. 12.	SISTEMA CNJ
30	08/08/2020 10:44:03	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL Responsável: Rodrigo Bezerra Delgado	RAFAEL DE ALMEIDA COSTA Analista Judiciário
29	08/08/2020 01:45:43	RECEBIDOS OS AUTOS	SISTEMA CNJ
28	08/08/2020 01:45:42	REDISTRIBUÍDO POR SORTEIO EM RAZÃO DE ALTERAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO 3ª Vara Cível	Glayson Alves da Silva Distribuidor
27	07/08/2020 17:29:33	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR Redistribuição	Eduarda Araujo de Oliveia Estagiário
26	07/08/2020 16:28:40	DECLARADA INCOMPETÊNCIA	PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO Magistrado
25	06/08/2020 10:31:25	CONCLUSOS PARA DECISÃO Responsável: PHILLIP BARBIEUX SAMPAIO	Lucas Souza de Carvalho Analista Judiciário
24	06/08/2020 10:30:43	JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO	Lucas Souza de Carvalho Analista Judiciário
23	28/07/2020 00:07:05	DECORRIDO PRAZO DE CLEDSON LIMA CAVALCANTE (P/ advgs. de CLEDSON LIMA CAVALCANTE *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (20/07/2020) e ao evento de expedição seq. 18.	SISTEMA CNJ
22	28/07/2020 00:07:05	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (20/07/2020) e ao evento de expedição seq. 17.	SISTEMA CNJ
21	20/07/2020 15:04:12	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 20/07/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 16) JUNTADA DE ATO ORDINATÓRIO (20/07/2020) e ao	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador



**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR**

**Processo: 08152076220208230010**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **CLEDSON LIMA CAVALCANTE**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

Antes de expor seus argumentos quanto a perícia médica realizada na parte autora, vem informar a este juízo que diferentemente do que foi alegado, observando-se a documentação acostada, verificar-se que o autor não se encontra na situação prevista no Art. 7º da Lei 6194/74, isto porque, o pedido do seguro DPVAT, refere-se ao veículo placa **NAZ3625**, de propriedade da parte autora.

Ocorre que o autor, não pagou o prêmio do seguro, estando o veículo em situação irregular pelo não pagamento do seguro obrigatório à época do sinistro.

Assim, tratando-se o requerente do proprietário do veículo que ensejou a lesão, não tendo este comprovado o pagamento do prêmio, não tem direito à cobertura securitária.

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Frisa-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Assim, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do

veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

### **DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, verifica-se a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

Contudo, não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora em uma possível lesão ocasionada à época do acidente.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento de lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de lesão capaz de gerar indenização, bem como a condição de proprietário inadimplente do autor à época do sinistro, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 31 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RR 451-A**

**SIVIRINO PAULI**  
**101-B - OAB/RR**